



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902

Fone (34) 3218-2228

www.famev.ufu.br

**PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO – TECNOLOGIA E INSPEÇÃO DE
CARNES, OVOS, MEL, PESCADO E DERIVADOS**

TEMAS

1. Fluxograma de produção de carnes (bovinos, suínos, aves, exóticas), ovos, mel e pescado.
2. Controle de qualidade físico-química e microbiológica de carnes, ovos, mel, pescado e derivados.
3. Princípios e Métodos de conservação de carnes, ovos, mel, pescado e derivados.
4. Subprodutos comestíveis e não comestíveis de carnes.
5. Inspeção “*ante mortem*” dos animais de açougue.
6. Inspeção “*post mortem*” e julgamento de destino das carcaças e órgãos dos animais portadores de infecções.
7. Toxinfecções alimentares causadas pela ingestão de carnes e derivados e suas implicações em Saúde Coletiva. Zoonoses e principais patógenos detectados em animais de abate.
8. Instalações e equipamentos para abate das espécies animais produtoras de carnes.
9. Métodos de insensibilização e abate de animais produtores de carne.
10. Transporte e preparo “*ante mortem*” de animais produtores de carne para o abate.
11. Abate de emergência e sanitário das espécies animais produtoras de carnes.
12. Regulamentação do abate e inspeção tecnológica e higienico-sanitária de carne de aves.
13. Produção, extração, processamento e inspeção de mel e derivados.
14. Normas gerais de colheita, armazenamento, processamento e inspeção de ovos e derivados.
15. Captura, transporte, desembarque, conservação e inspeção de pescado.
16. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: Programas de Autocontrole, Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC.
17. Resíduos biológicos. Envenenamento por substâncias químicas tóxicas: Micotoxinas.; Dioxinas, PCBs, PBBs . Reflexos nas carnes de medicamentos de uso veterinário e do emprego de hormônios, anabolizantes, antibióticos e pesticidas.
18. Aditivos alimentares intencionais empregados na indústria de carnes; aditivos incidentais; metais tóxicos; exposição às radiações ionizantes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902

Fone (34) 3218-2228

www.famev.ufu.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SUGERIDAS

PRATA, L. F. Higiene e Inspeção de Carnes, Pescado e Derivados. 217p. 1999.

PRATA, L.F., FUKUDA, R.T. Fundamentos de Higiene e Inspeção de Carnes. Ed. FUNEP, Jaboticabal. 2005. 350p.

GERHARDT, U. Especies y condimentos. Editorial Acribia. Zaragoza (Espanha), 1980.

GERHARDT, U. Aditivos e ingredientes. Editorial Acribia. Zaragoza (Espanha), 1980.

SIMÃO, A. M. Aditivos para alimentos sob o aspecto toxicológico. NOBEL, 1985.

PRICE, T. F. & SHCWEIGERT, B. S. Ciencia de la carne y de los productos carnicos. Editorial Acribia. Zaragoza, Espanha, 1994.

REY, L. Parasitologia. Parasitos e doenças parasitárias do homem nas Américas e na África. 2ª edição. Guanabara Koogan, 1991.

ACHA, P. N. "Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales" 2 ed. Washington, Organización Panamericana de la Salud., 2003.

VOIGT, A. & KLEINE, F. Zoonosis. Editorial Acribia. Zaragoza. Espanha, 1975.

BERCHIERI JR. A; MACARI, M. Doença das aves. Campinas: FACTA, 2009. 1103p.

BORDIN, E. L. Tratado de Ornitopatologia Sistêmica. Editora Nobel São Paulo. S.P. 1991.312p.

GERARD J. Microbiologia. Tortora. 8 ed., 2004.

JAY, J. M. Microbiologia de Alimentos. 6 ed., Ed. Artmed, 2005. 804p.

HARRIGAN, W. F. Laboratory Methods in Food Microbiology. Academic Press. 1998. 532p.

International Commission on Microbiological Specification For Foods. Microorganismos de los Alimentos 1. Técnicas de Análises Microbiológico. 2ª ed. Zaragoza: Acribia, 1983. 431p.

VANDERZANT, C.; SPLITTSTOESSER, D. F. Compendium of Methods for the Microbiological Examination of Foods, 3 ed. Washington: American Public Health Association / APHA, 1992, 1219p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902
Fone (34) 3218-2228
www.famev.ufu.br

- HOBBS, B. C.; ROBERTS, D. Toxinfecções e Controle Higiênico Sanitário de Alimentos. Zaragoza, Acribia, 1998, 376p.
- CLIVER, B. O. Foodborne Diseases, 362p., 1990
- ANDRADE, N. J.; MACEDO, J. A. B. Higienização na Indústria de Alimentos. São Paulo: Editora Varela., 1996. 181p.
- SILVA, JR., E. A. da. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos. São Paulo. Livraria Varela. 1995.
- MADRI, R.; CENZANO, I.; VICENTE, J. M. Manual de Indústrias de Alimentos. Editora Varela. 1996. 600p.
- OCKERMANH, W.; HANSEN, C. L. Indústria de Subproductos de Origem Animal. Zaragoza, Acribia, 1994. 387p.
- RIEDEL, G. Controle Sanitário dos Alimentos. Ed. Atheneu. 456p.
- GUENTHER, R. Controle Sanitário dos Alimentos - Atheneu, 320p., 1992.
- INFANTE, G. J. Manual de Inspeção Sanitária de Carnes, 563p., 1985.
- INTERNATIONAL COMMISSION ON MICROBIOLOGICAL SPECIFICATION FOR FOODS. Microorganismos de los Alimentos 1. Técnicas de Análises Microbiológico. 2ª ed. Zaragoza: Acribia, 1983. 431p.
- PARDI, M. C.; SANTOS, I. F.; SOUZA, E. M.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Vol. I e II. Eduff. Niterói, RJ. 1995 e 1996.
- SILVA, T. J. P. & PARDI, H. S. Classificação e Tipificação de Carnes e Ovos. Faculdade de Veterinária da UFF. 1996. 165 p.
- PEARSON, A. M. & DUTSON, T. R. Quality Attributes and their Measurement in Meat, Poultry and Fish Products Advances in Meat Research, v.9, Beackie Academic & Professional, New York, 1994. 388p.
- ARAÚJO, J. M. A. Química de Alimentos - Teoria e Prática. 3ª Edição. Editora UFV. 2004.
- BREMMER, Alan e JOHNSTON, Mac. Poultry Meat Hygiene and Inspection. Ed. Saunders, Londres, Inglaterra. 1996.
- CONNELL, J.J. Control of fish quality. Fishing News Books, U.K. 245p. 1995.
- AHMED, F. E. Seafood safety. National Academy Press, USA. 432p. 1991.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902
Fone (34) 3218-2228
www.famev.ufu.br

BLIGH, E. GRAHAN. Seafood science and technology. Fishing News Books. UK 396p. 1992.

BOFFI, A. V. 1979. Moluscos brasileiros de interesse médico e econômico. Editora HUCITEC, São Paulo, 182p., il.

WOOD, P. C. 1976. Guide to Shellfish Hygiene. World Health Organization (WHO), Publication n.331, Geneva. 80p. il.

VARELLA. APPCC na Qualidade e Segurança Microbiológica de Alimentos. Editora Varella. 1997. 377p.

LOKEN, J. K. The HACCP food safety manual. John Wiley & Sons, Inc., USA. 318p. 1995.

McGAVIN, M. D., ZACHARY. J. F. Base da Patologia . Ed. Elsevier, 2009, 1504p.

JUBB KVP, KENNEDY PC, PALMER N. eds. Pathology of domestic animals. 4 ed. San Diego: Academic Press, 1993.

FOWLER , M. & CUBAS, Z. Biology, medicine, and surgery of south American wild animals. Iowa State University Press. Iowa. 2001.

JONES, T. C.; HUNT, R. D.; KING, N. W. Patologia Veterinária. Ed. Manole, 2000, 1415p.

RADOSTITS,O. M; GAY, C. C.; BLOOD, D. C; HINCHCLIFF, K. W. Clínica Veterinária: um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos. Ed. Guanabara Koogan, 9ª. Ed, 2002.

BEER, Joachim. Doenças infecciosas em animais domésticos. São Paulo, Roca, 1999.

CORREA, W. M.; CORREA, C. N. M. Enfermidades infecciosas dos mamíferos domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1992.

LEGISLAÇÕES:

BRASIL. Ministério da Agricultura - SNDA. Métodos Analíticos Oficiais para controle de produtos de origem animal e seus ingredientes. Brasília, DF. 1981.

BRASIL Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel. Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Instrução Normativa Nº 11, de 20 de Outubro de 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902

Fone (34) 3218-2228

www.famev.ufu.br

BRASIL Manual Genérico de Procedimentos para APPCC em Indústrias de Produtos de Origem Animal

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Aprovado pelo Decreto n. 30.691, 29/03/52, alterado pelos Decretos nº 1255 de 25/06/62, 1236 de 02/09/94, 1812 de 08/02/96 e 2244 de 04/06/97. Brasília, 1997, 241p.

BRASIL. Instrução Normativa nº 42, de 20 de dezembro de 1999. Institui o Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal. Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.

BRASIL. Instrução Normativa SARC nº 1, de 13 de fevereiro de 2003. Aprova o regulamento de boas práticas de fabricação para estabelecimentos fabricantes e industrializadores de alimentos para animais.

BRASIL. Instrução Normativa SARC nº 9, de 09 de julho de 2003. Aprova o regulamento técnico sobre fixação de padrões de identidade e qualidade de alimentos completos e de alimentos especiais destinados a cães e gatos.

BRASIL. Instrução Normativa SARC nº 12, de 30 de novembro de 2004. Aprova o regulamento técnico sobre fixação de parâmetros e das características mínimas dos suplementos destinados a bovinos.

BRASIL. Instrução Normativa SARC nº 1, de 13 de fevereiro de 2003. Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos fabricantes e industrializadores de alimentos para animais e o roteiro de inspeção.

BRASIL. Instrução Normativa nº 15, 29 de outubro de 2003. Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos que processam resíduos de animais destinados à alimentação animal.

BRASIL. Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004. Proíbe em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.

BRASIL. Instrução Normativa nº 7, de 17 de março de 2004. Proíbe a importação de produtos e ingredientes de origem animal, destinados à alimentação de animais, quando originários ou procedentes de países que registraram casos autóctones de Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB, e de outros países considerados de risco pela Secretaria de Defesa Agropecuária.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902

Fone (34) 3218-2228

www.famev.ufu.br

BRASIL. Instrução Normativa SDA nº 65, de 21 de novembro de 2006. Aprova o regulamento técnico sobre os procedimentos para a fabricação e o emprego de rações, suplementos, premixes, núcleos ou concentrados com medicamentos para os animais de produção.

BRASIL. Instrução Normativa SDC nº 17, de 13 de julho de 2006.

Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004.

Instrução Normativa nº 13, de 03 de outubro de 2003.

Ato nº 10, de 16 de setembro de 2005.

Instrução Normativa nº 15, de 12 de maio de 2005.

Instrução Normativa nº 26, de 29 de setembro de 2005. Estabelece a Norma Operacional da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT) Brasília, 2001.

Instrução Normativa Ministerial Nº 2, de 10 de janeiro de 2001.

Instrução Normativa SDA Nº 06, de 8 de janeiro de 2004.

Instrução Normativa SDA Nº 59, de 24 de agosto de 2004. Portaria DSA Nº 11, de 26 de janeiro de 2004. Instrução Normativa SDA Nº 30, de 7 de junho de 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias.

Instrução Normativa Ministerial nº 5, de 1º de março de 2002.

Portaria SDA Nº 168, de 27 de setembro de 2005.

Portaria Ministerial nº 516, de 09 de dezembro de 1997.

Instrução Normativa nº 06, de 26 de fevereiro de 1999.

Instrução Normativa SDA nº 018, de 15 de fevereiro de 2002.

Instrução Normativa Ministerial nº 05, de 01 de março de 2002. Instrução Normativa SDA nº 58, de 21 de julho de 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902

Fone (34) 3218-2228

www.famev.ufu.br

Instrução Normativa SDA nº 59, de 30 de julho de 2003.

Instrução Normativa Ministerial n.º 18, de 15 de dezembro de 2003.

Instrução Normativa nº 07, de 17 de março de 2004.

Instrução Normativa nº 08, de 25 de março de 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional Sanidade Suídea. Instrução Normativa nº 19, de 15 de fevereiro de 2002.

Instrução Normativa nº 06, de 09 de março de 2004.

Instrução Normativa nº 27, de 20 de abril de 2004.

Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional Sanidade Avícola. Instrução Normativa nº 4, de 30 de dezembro de 1998.

Instrução Normativa nº 44, de 23 de agosto de 2001.

Instrução Normativa nº 78, de 3 de novembro de 2003. Instrução Normativa nº 17, de 7 de abril de 2006. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.

Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA www.agricultura.gov.br. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional Sanidade dos Caprinos e Ovinos.

Instrução Normativa nº 87, de 10 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional Sanidade dos Eqüídeos.

Instrução Normativa nº 24, de 5 de abril de 2004.

Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Programa Nacional Sanidade dos Animais aquáticos. Instrução Normativa nº 39, de 4 de novembro de 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rua Ceará s/nº Bloco 2T - Campus Umuarama - Uberlândia-MG - 38400-902
Fone (34) 3218-2228
www.famev.ufu.br

Portaria nº 573, de 4 de junho de 2003.

Instrução Normativa nº 53, de 2 de julho de 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Trânsito e Quarentena Animal. Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2004.

Instrução Normativa nº 4, de 16 de março de 2005.

Instrução Normativa nº 25, de 6 de abril de 2004.

Instrução Normativa nº 59, de 30 de julho de 2003.

Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934.

Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006.

Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2006.

Portaria nº 162, de 18 de outubro de 1994.

Instrução Normativa nº 91, de 12 de dezembro de 2003.